

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE PARTICIPAÇÃO, DIÁLOGO E CONTROLE SOCIAL - CT-PDCS/CIF

Aos dezanove dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um, na sala virtual – via Google Meet, teve início a **4ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social - CT-PDCS**, constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG. Após a apresentação dos membros e participantes, o Sr. João Luiz Paste, coordenador interino da CT-PDCS, fez a leitura da pauta e iniciou o debate dos itens de pauta da reunião extraordinária, conforme descritos a seguir.

Participantes da 4ª Reunião Extraordinária da CT-PDCS – Dia: 19/02/21 – Horário: 09h08 às 12h15.

Aloísio Soares (Ramboll/MPF), Ana Carolina Maciel (Renova), Carlos Alberto (Renova), Christian Souza (Renova), Gabriela Artiles (FGV/MPF), Guilherme Andrade (Renova), Iara Morena (Renova), Jadilson Oliveira (Comissão Quilombola de Degredo), Joana Nabuco (FGV/MPF), João Luiz Paste (IJSN), Juliana Pinto (Renova), Karine Oliveira (Renova), Lorena Gontijo (SEPLAG/Comitê Gestor Pró-Rio Doce), Maria Luciana Gonçalves (Renova), Marcos Affonso Ortiz Gomes (Ramboll/MPF), Margareth Saraiva (SEAMA), Mariana Melo (Renova), Marta Zorzal (UFES), Milena Paraíso (SEAMA), Mirian Porto (SECONT), Miriam Santos (FLACSO), Paula Vieira (Renova), Rafael Mantarro (FGV/MPF), Soraya Benetti (FLACSO), Walquíria Soares (IEMA) e Yasmim Siqueira (ATI ASPERQD).

1) Discussão do Documento de Definição do PG 06.

<p>Discussão</p>	<p>João Paste compartilhou sobre a necessidade de uma avaliação conjunta, da proposta de revisão dos programas apresentada pela FR, que sobrepõe algumas questões que a CT já vinha discutindo; que foi feito o encaminhamento na RO anterior com o apontamento das alterações identificadas; que foi encaminhada à FR uma planilha com os apontamentos dessas alterações no documento, com o objetivo de devolutiva com justificativas dessas alterações; que a devolutiva foi recebida por e-mail às 23h10 do dia anterior a esta reunião extraordinária, sendo distribuída aos membros da CT na manhã seguinte, dificultando os encaminhamentos prévios necessários. João Paste destacou que, pelas características conceituais do programa, qualquer alteração do texto já acordado exige uma nova discussão e repactuação. Frisou que a CT recebeu com muita surpresa algumas alterações, pois indicam evidenciar uma postura de revisão proposital, alterando o que havia sido pactuado ao longo do tempo. A Prof.ª Marta Zorzal expôs que a CT pensava em avançar e não em retroceder e que, portanto, precisariam discutir essas demandas com profundidade, pois são questões de procedimento e conceituais. Ana Carolina apresentou e contextualizou sobre a planilha encaminhada com as justificativas elencadas pela FR, ressaltando que é perceptível uma evolução natural de um tema tão complexo, com muitas questões conceituais, com discussões muito intensas no ano passado, em que foram construindo e reconstruindo a definição do programa; que algumas alterações foram feitas a partir da oficina de revisão dos programas; que as alterações dos objetivos se deram a partir daquelas oficinas; que ocorreram revisões no corpo do texto, pensando e refletindo as oficinas. Ana Carolina se comprometeu em reencaminhar o relatório da oficina consolidado no ano de 2020, elaborado pela empresa Falconi, aos membros da CT. Das alterações identificadas e listadas como pontuais, Ana Carolina e Iara Morena, resumiram que optaram por corrigir, realizar ajustes textuais, que não alteram escopo do programa e nenhum dos processos. Ana Carolina informou que na primeira versão protocolada do documento, através de uma construção intensa, fazia sentido em alguns pontos a contextualização daquele momento. Exemplificou que naquela época havia a estrutura das gerências de território e que hoje a estrutura de gestão da FR não é mais dessa forma, sendo assim revisaram os aspectos de contextualização, para que não vinculassem o documento de definição do programa à temporalidade e dessa forma o documento ficasse defasado; que a intenção foi deixar o documento tecnicamente como definição de programa e não com vínculo temporal. Walquíria Soares questionou a representante da FR se as atribuições que a gerência de território executava permaneceram e onde estão alocadas, dentro dessa nova estrutura. Ana Carolina respondeu que as atribuições permanecem e o que é parte do escopo do PG 06, não foi alterado no documento, mas o que foi para outras áreas meio, foi alterado; que com a mudança da estrutura de gestão, as atribuições foram alocadas de outra forma, mas a parte de relacionamento do PG06, os três processos e especialmente o diálogo,</p>
-------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Discussão

continuam da mesma forma e estão na definição do programa. Walquíria mencionou que isso não ficou evidente e perguntou quem continuava executando tais atribuições, dentro da nova estrutura da FR, para que a CT pudesse enxergar que não houve perda nesse processo. Ana Carolina disse que na próxima reunião poderia apresentar a estrutura atual da FR. Walquíria Soares também questionou se, com a reestruturação interna da FR, foi alterado o tempo de execução do programa. Ana Carolina informou que foi uma questão de RH e que não houve prejuízo nesse aspecto, pois a equipe se adaptou ao processo de gestão. Walquíria afirmou entender que o processo de gestão interferiu de alguma forma na execução dos trabalhos. A Prof.^a Marta Zorzal enfatizou não ser somente uma questão de RH; que seria mais complexo, por se tratar da estrutura e funcionamento da organização, cuja lógica não é necessariamente estática, e sim dinâmica; que o RH teria como função apenas alocar os recursos conforme a demanda da instituição; que, se a estrutura e os fluxos são alterados, eles tendem a mudar gerando diferentes procedimentos; que essas questões devem ser explicitadas de alguma forma, pois como essa estrutura fica subentendida, não há transparência; que a forma como é organizada a instituição e seus procedimentos de funcionamento para atingir determinados objetivos é crucial; que a organização deve se estruturar para as ações que contenham a participação; que a FR coloca a participação como um apêndice e não como o carro chefe, e se não é o carro chefe a FR não está organizada para cumprir esse processo. Ana Carolina expressou que a estrutura deve contribuir para que o resultado seja alcançado e é natural que as alterações e as melhorias estejam acontecendo; que o PG 06 apoia os processos de decisão, mas que existem outras instâncias envolvidas nessas decisões. Margareth Saraiva ponderou que o processo de participação não deve ficar preso dentro de uma caixinha, muito menos dentro de um programa; que quando a FR fala que cada programa tem o seu escopo e o seu processo de gestão, se faz necessário entender o que a equipe do PG 06 consegue abarcar e o que são essas diretrizes, no ponto de vista da participação, do diálogo, da comunicação e do controle social; que neste momento de revisão dos programas é importante, pois esta CT vem pautando dentro do CIF e desde a primeira reunião desta CT, que os processos de participação, comunicação, diálogo e controle social devem estar linkados no processo de gestão; que a CT deve novamente provocar o sistema CIF, com base na Deliberação nº 465. João Paste pontuou que o PG 06 deveria estar vinculado a gestão dos outros programas; que a estrutura de gestão da FR deveria absorver o PG 06; que pelo *feedback* dos atingidos isso não acontece; que é necessária uma ampliação da participação, da comunicação, com transparência efetiva das ações e com prestações de contas de qualidade; que devemos voltar a discutir a implementação do PG 06. Referindo-se aos apontamentos realizados na planilha encaminhada pela FR, que tratam do aprimoramento de redação, entendimentos no documento considerando validações internas, avanços internos em entendimentos da FR a partir das reuniões e GTs promovidos pela CT, Ana Carolina se colocou à disposição para discussão desses pontos, caso a CT entenda que houve algum prejuízo para o programa e afirmou que os compromissos estão mantidos. Sendo assim, João Paste compartilhou que a CT analisará o documento e fará uma devolutiva à FR para criarem um consenso na redação, pois a versão apresentada remove as identificações de instrumentos bastante significativos. João Paste exemplificou que o Plano de Ação Integrada de Linhares e Sooretama está deficiente e carece de informações sobre estimativas de custos para as ações futuras da reparação. Em relação ao orçamento do programa, Ana Carolina evidenciou que existe o cronograma físico fechado até novembro de 2030, um mês após o encerramento de todos os programas e que foi apresentado o orçamento para o ciclo orçamentário do ano de 2021. João Paste lembrou que a apresentação do orçamento integral dos programas até 2030, foi um compromisso assumido pela FR em reunião que expôs o orçamento de 2021. Paula Vieira afirmou que o compromisso será cumprido. Quanto às alterações no documento, alusivas ao pilar comunicação, Mariana Melo contextualizou que os Processos Campanhas e Eventos e seus Objetivos foram inseridos como atividades do Processo Produção de Conteúdo, tendo em vista que são relacionados aos conteúdos trabalhados pelas diferentes frentes de comunicação nos territórios. O Processo Assessoria de Imprensa passou a ser citado no descritivo dos dois processos: Produção de Conteúdo e Canais de Informação e Interação com as Comunidades, como mais uma ferramenta utilizada para garantir os objetivos do Programa. Em relação ao item 7.6.2 Canais de Informação e Interação com as Comunidades, que o diagrama do processo indica como clientes as “Comunidades dos 39 municípios atingidos”, Mariana compartilhou que o tema extrapola o PG 06, abrange vários programas e está sendo discutido no CIF, ainda sem definição. Quanto a alteração do cronograma, Mariana informou que o encerramento do PG 06 está alinhado com o cronograma de encerramento dos demais programas. Sobre os aspectos relacionados às despesas de comunicação, ficou definido que será discutido na próxima RO. Tendo em vista as alterações no documento referentes ao Pilar Ouvidoria, Pedro

<p>Discussão</p>	<p>Strozemberg destacou que a mudança de nomenclatura de denúncias e reclamações para manifestações, visou tornar mais amplas as possibilidades de contato através do diálogo e da interação com as pessoas atingidas, que podem apontar recomendações, críticas, sugestões, seguindo uma visão ampliada da Ouvidoria. Acerca da retirada da nomenclatura imparcialidade, Pedro alegou que o modelo de Ouvidoria, apresentado no TTAC e no TAC- GOV expressa a importância de uma Ouvidoria que se desafie a atuar na perspectiva conjunta da reparação, mas acolhendo as pessoas atingidas; que a Ouvidoria deve promover uma escuta especial e dirigir seus esforços prioritários em defesa dos atingidos, através do diálogo e da confiança. Aloísio Soares destacou a importância dessa mudança conceitual, apresentada pelo Pedro, e disse que a Ouvidoria deve ser parcial, em favor dos atingidos, tendo o objetivo de acolher, atender e buscar soluções para as questões que chegam até ela, com autonomia e poder para desempenhar o seu papel. Sobre a mudança do termo isenção para autonomia, Pedro expôs que o conceito de isenção está ligado a neutralidade ou desinteresse com a matéria e que a Ouvidoria tem muito interesse que a reparação plena aconteça. Outro termo destacado por Pedro, foi a mudança de independência por interdependência da Ouvidoria, pois ela depende da engrenagem e não faz o processo de reparação sozinha, independente. No que tange o tópico apuração de denúncias, Pedro informou que a Ouvidoria não tem estrutura para apurações profundas, que para isso existe o canal confidencial que deve ser valorizado e usado; que o <i>Compliance</i> tem um papel mais relevante de apuração e que a Ouvidoria tem uma atuação mais dialogal, próxima da população, com um papel de acolhimento, tratamento, acompanhamento e devolução das manifestações, trabalhando com a cidadania e não no anonimato. Com relação ao engajamento dos <i>stakeholders</i>, Pedro mencionou que é uma parte adicionada no documento, como elemento importante nos debates com a equipe dos peritos da Ramboll e FGV, visando o aperfeiçoamento, eficiência e transparência da Ouvidoria. Com relação ao prazo de encerramento do Programa, Pedro falou que o posicionamento da FR inclui também a Ouvidoria. Jadilson Oliveira perguntou ao Ouvidor Geral se existe um prazo para que as manifestações sejam respondidas. Pedro Strozemberg respondeu que existe um prazo; que nunca conseguiram responder fielmente neste prazo, mas que este ano é uma das prioridades; que está definido no TTAC o prazo de vinte dias. Jadilson Oliveira questionou ainda qual a imputação legal que a FR sofre ou se não existe nenhuma imputação, depois de avaliada a denúncia ou a crítica. Pedro informou que a Ouvidoria acolhe, verifica se tem sentido e para onde dirigir essa denúncia, após faz a devolutiva; que grande parte dessas denúncias são anônimas e que isso compromete o retorno. Maria Luciana completou a informação, dando o exemplo da Operação Meandros, iniciada através de uma denúncia. Jadilson perguntou onde estão relacionados os canais da ouvidoria. Maria Luciana disse que está no site, mas que encaminharia por e-mail para o Jadilson. Sobre a responsabilização da FR, após apurada a denúncia, João Paste observou que, certamente, não há acionamento dos órgãos externos de apuração sobre ações internas da estrutura da FR, que seria o <i>Compliance</i>, pois a Ouvidoria não tem autonomia para esse nível de ação. Pedro confirmou tal observação e completou que existe o programa de gestão de competências gerido pelo <i>Compliance</i>, com caráter sancionador, mas que a Ouvidoria não faz parte.</p>
<p>Encaminhamento</p>	<p>E-4RE.1- Apresentação itenizada do orçamento 2021. Responsável: Fundação Renova. Prazo: próxima Reunião Ordinária da CT-PDCS.</p>
<p>Encaminhamento</p>	<p>E-4RE.2- Leitura e análise da minuta de Nota Técnica nº 25/2021, para consensos na definição do PG 06, que serão discutidos na próxima RO. Responsável: CT-PDCS e Fundação Renova. Prazo: Próxima Reunião Ordinária da CT-PDCS.</p>
<p>2) Discussão do Documento de Definição do PG 35.</p>	
<p>Discussão</p>	<p>Iara Morena iniciou a apresentação da planilha com as justificativas da equipe do PG 35, dividida por blocos de alterações. No primeiro bloco apresentado brevemente, foram os pontos com a reelaboração de redação no documento de definição do programa, sem o comprometimento do conteúdo, sem impactos com o escopo e as entregas do programa, no entendimento da equipe da FR. Iara colocou a equipe à disposição, para que a partir de uma análise da CT, sejam revistas as questões que comprometerem o escopo do programa. Quanto ao bloco dos pontos excluídos do documento, Karine Oliveira citou que alguns trechos foram excluídos, tendo em vista o processo de desenvolvimento e amadurecimento do</p>

Discussão

programa, o desdobramento das oficinas e que alguns trechos de textos serão reelaborados e incluídos novamente no documento. Exemplificou que a indicação que previa a contratação do Museu da Pessoa e Instituto Yara Tupinambá já não fazia mais sentido permanecer no documento, sendo trecho excluído, pois já haviam avançado na construção do Repositório. João Paste enfatizou que a tabela com as comparações das versões do documento do PG 35, enviada à equipe da FR, trata apenas de um comparativo de textos; que a CT não intervém em contratações e que não sabia da contratação evidenciada por Karine. Com relação ao bloco das observações dos trechos incluídos no documento do PG 35, Karine Oliveira, partilhou que essas inclusões foram feitas para reforçar questões a partir das NTs apresentadas, da oficina de participação de redefinição do programa e da percepção de alguns textos que ainda não se apresentavam na definição do programa. No bloco das correções referentes aos erros de redação, Karine certificou que as correções serão feitas no documento. No bloco de redação com ajustes, Karine considerou que após a avaliação técnica dos esclarecimentos apresentados na planilha enviada pela equipe, a CT deverá fazer uma devolutiva com questionamentos. Karine realizou breve contextualização de alguns pontos com a redação ajustada. No trecho do documento que dizia: A Fundação Renova deverá primar pela sustentabilidade e continuidade dos CITs, garantindo a sua permanência mesmo após o período de atuação da Fundação Renova, a partir do envolvimento do poder público e demais instituições que possam atuar como parceiras nos territórios, Karine enfatizou que foi trocada a palavra garantindo por incentivando, por entenderem que a garantia de continuidade dos CITs após o período de gestão da FR extrapola a governança da FR, na medida em que terceiros (por exemplo, Prefeituras e ICMBio) assumam essa responsabilidade; que podem incentivar, mediante formalização das parcerias, que os parceiros assumam o compromisso de manutenção dos espaços com as respectivas funcionalidades. Complementando, Lara mencionou que existe o desafio do próprio programa, junto com o diálogo, que é o controle social; que, à medida que o PG 35 amplia a sua atuação junto às comunidades, traz para elas um senso de pertencimento ao programa, como uma fonte importante de informação sobre o rompimento e sobre o processo de reparação, e também as coloca como atores engajados para que o CIT permaneça nos territórios; que a FR tem um papel importante de estruturar o programa e de fazer o trabalho de engajamento nos territórios, mas que essa garantia depende dos gestores que continuarão fazendo a gestão dos espaços e sobretudo do sucesso que terão no engajamento das comunidades. Outro ponto de ajuste de redação mencionado por Karine, foi a substituição do termo informações técnicas em todo documento, por Informações sobre o Rompimento da Barragem de Fundão, visando ampliar a denominação de modo a não se restringir somente à informação técnica, tendo em vista a salvaguarda de outras informações que estão sendo geradas. Com relação à previsão de atividades educativas e culturais, Karine compartilhou que a decisão de substituição pelo pilar da descentralização, como um dos objetivos específicos do programa, pautou-se na necessidade de democratizar o acesso às informações; que as dimensões educativas e culturais estão contidas na descentralização e itinerância. A palavra memória não está presente no documento como um todo, tendo em vista que a memória é contemplada pelo PG 12, cabendo ao PG 35 garantir a salvaguarda das informações e promover a descentralização e itinerância, Karine informou. Lara afirmou que é impossível desconsiderar a memória no processo de rompimento, quando falamos do processo de reparação, trazendo os elementos culturais e educativos; que tiveram de fato essa preocupação com a possível sobreposição, que foi algo bastante discutido, mas que entenderam que, pelo caráter transversal do PG 35, com o PG 12, já está contemplado o compromisso de divulgar todo o trabalho que faz o resgate e valorização das memórias; que a própria descentralização também lida com a memória, quando se leva e busca informações para o repositório nas comunidades, grupos sociais e nas assessorias. João Paste mencionou que, na parte do documento que cita a interface com outros programas, seria necessário detalhar melhor a redação, na forma do apontamento feito pela Lara. Walquíria mencionou que seria bem interessante *linkar* às memórias materiais, trabalhadas no PG 12, acompanhado pela CT-ECLET, às memórias que precisam estar salvaguardadas no CIT. A Prof.^a Marta Zorzal disse que além da memória material, deve-se pensar e cuidar da memória imaterial, como festejos, música e outras. João Paste registrou que os relatos e narrativas dos modos de vida deverão ter dimensão expressiva quanto às memórias; que o CIT tem a obrigação, e já tratamos disso em outros momentos, de fazer o resgate de relatos e narrativas que também terão aspectos lúdicos, coletivos e individuais; que não se pode perder isso, que foi um ponto tratado desde a ida da equipe da CT à Casa do Jardim, pois as narrativas encontradas lá estavam teatralizadas, num nível que não agradou a

<p>Discussão</p>	<p>ninguém que fez a visita; que não há outro programa que cuida dessas narrativas e dos relatos, enquanto memórias, sendo necessária sua permanência no PG 35. Karine informou que reavaliaram o estúdio itinerante, que havia na proposta de expedições de coleta ações pontuais, para entrar numa estratégia de itinerância alinhada com a descentralização; que a itinerância se tornou estratégia de rodagem do programa; que acontecerão nessas itinerâncias a coleta das memórias, dos sentimentos e da memória afetiva, que também é importante para o programa. Karine informou ainda que na redação do documento de definição atual do programa a gestão dos conteúdos e metodologia do repositório ficou a cargo do Órgão Colegiado da Curadoria. Sobre o que consta no documento, que a Curadoria é o Órgão Colegiado responsável por centralizar a seleção, catalogação, organização, tratamento e armazenamento das informações a serem disponibilizadas pelo Programa, João Paste fez a observação de que, conforme já registrado em ata e NT, a Curadoria não deverá ser operacional, e sim o órgão que estabelecerá as diretrizes para que as ações sejam executadas. Com relação ao orçamento do programa, Karine informou que estão na mesma situação do PG 06 e que o orçamento 2021 ainda não está fechado pela Governança; que estão realizando as mudanças no cronograma pensando no orçamento; que o cronograma está relacionado com a revisão de prazo de encerramento do programa; que na definição apresentada retomaram a Cláusula 174 do TTAC, que diz que os CITs devem ser mantidos pelo prazo de 10 (dez) anos, a contar da assinatura do acordo; que em função disso precisaram fazer ajustes no cronograma; que no entendimento da FR é preciso seguir esta cláusula do TTAC. João Paste reagiu à mudança na proposição, pois em inúmeros momentos, desde a reunião do CIF no início de 2018, foi tratada a questão do atraso, naquele momento de mais de um ano, e hoje de mais de quatro anos, da implantação do CIT. João Paste registrou seu repúdio sobre essa alteração e falou que a cláusula do TTAC deve ser cumprida e não apenas aplicada a indicação da finalização do programa; que a cláusula do TTAC somente será cumprida quando o CIT passar a existir; que esse entendimento está registrado na ata da 23ª Reunião do CIF, na oficina de revisão do programa, em diversas NTs da CT-PDCS e no escopo do Programa aprovado, sendo inaceitável a alteração proposta; que para a contagem desse prazo pressupõe-se a existência e funcionamento do CIT. A Prof.ª Marta Zorzal complementou que já se passaram cinco anos de discussão de como se fazer o CIT; que o CIT não existe e que não se pode contar o prazo de uma coisa que ainda não existe, se ainda estamos planejando como fazer; que não tinha comentários a fazer no sentido da interpretação feita pela FR. Margareth Saraiva citou a ata da 23ª Reunião do CIF, momento em que a CT levou o tema à pauta do CIT para discussão. Relatou que seria interessante recuperarmos o áudio daquela reunião, em que houve a concordância da Diretora Andréia, representante da FR na época, de que o prazo deveria ser contado a partir da implementação do CIT. Paula Vieira registrou que isso é um ponto de discordância entre a FR e a CT. Margareth Saraiva retrucou dizendo não ser entre a CT, e sim do CIF. João Paste registrou que a CT fará a leitura da planilha encaminhada pelos programas com as alterações e justificativas apresentadas, poderia levar a que tivessem outro entendimento dos apontamentos registrados; que alguns procedimentos, na versão aprovada do documento, estavam mais afinados com o que a CT entende, como o cuidado e abertura para recebimento de informações, quer sejam narrativas e/ou produções físicas, entregues pelas pessoas atingidas ao longo do Rio Doce e na costa marítima. A Prof.ª Marta Zorzal fez a leitura da Cláusula 174 do TTAC, dando ênfase ao parágrafo segundo que diz que as estruturas referidas neste programa (CITs) deverão ser implantadas até o último dia útil de dezembro de 2016; que o CIT não está implantado; que o espaço de Mariana era um <i>marketing</i> e não um CIT; que se a FR apresentar um CIT implantado, a CT poderá repensar essa discussão. João Paste reafirmou que isso é decepcionante e que entende que a proposição da FR merece reparo.</p>
<p>Encaminhamento</p>	<p>E-4RE.3- Leitura e análise da planilha com as justificativas das alterações do documento de definição do PG 35, ponto de pauta da próxima RO. Responsável: CT-PDCS. Prazo: Próxima Reunião Ordinária da CT-PDCS.</p>

O coordenador interino João Paste leu os encaminhamentos e agradeceu a presença de todos. **A 4ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social** encerrou-se às doze horas e quinze minutos do dia dezanove de fevereiro de dois mil e vinte e um.